



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

PROJETO DE LEI Nº 96/2023

"Autoriza o Poder Executivo Municipal a efetuar o remanejamento de dotações orçamentárias e dá outras providências."

RICARDO LAURO DA COSTA, Prefeito Municipal de Santo Amaro da Imperatriz, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado remanejar dotações orçamentárias até o valor de R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), conforme abaixo especificado:

ANULAÇÃO

0401	Secretaria Municipal dos Transp., Obras Serv. Urb.	
0401. 15.451.1056	Pavimentação e Drenagem de Ruas e Passeios	
4.4.90.00/1.500.7000	Investimentos	360.000,00
	TOTAL DA ANULAÇÃO	360.000,00

SUPLEMENTAÇÃO

1201	Fundo Municipal de Saúde	
1201. 10.301.2026	Manutenção das Ações de Atenção Básica	
3.1.90.00/1.500.1002	Pessoal e Encargos Sociais	360.000,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	360.000,00

Art. 2º Fica o Município autorizado a efetuar remanejamento de dotações entre ações de governo do orçamento de 2023, durante o período de 20 a 31 de dezembro de 2023.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Santo Amaro da Imperatriz, 12 de dezembro de 2023.

RICARDO LAURO DA COSTA
Prefeito Municipal





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

MENSAGEM Nº 183/2023

Santo Amaro da Imperatriz, em 19 de dezembro de 2023.

A Exma. Senhora

ROSANGELA PASSIG TURNES

DD. Presidente da Câmara de Vereadores

Santo Amaro da Imperatriz – SC

Senhora Presidente,

Cumpre passar às mãos de V. Exa., para devida apreciação dessa colenda Câmara de Vereadores, o Projeto de Lei que "**Autoriza o Poder Executivo Municipal a efetuar o remanejamento de dotações orçamentárias e dá outras providências.**"

O Projeto de Lei requer a aprovação nos nobres Edis, para custear despesas com parte da folha de pagamento do Fundo Municipal de Saúde.

Ademais, tendo em vista a relevância do tema e o interesse público a ele inerente, solicita-se que o projeto de lei complementar em comento seja votado em regime de urgência, o que se pleiteia com arrimo no artigo 43 da Lei Orgânica Municipal.

Certos da aprovação do presente, colocando-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

RICARDO LAURO DA COSTA

Prefeito Municipal

